

O embranquecimento da população brasileira: quais os desafios da mulher negra? Lélia Gonzales e sua trajetória

Autora: Bianca Stefano Vyunas

2º semestre/ 2017

Texto Teórico

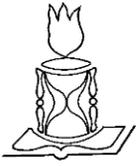
1. Introdução – “O Brasil branco”

[...] é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar no entanto sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar.

João Batista Lacerda

Nesse excerto datado de 1911, proferido em Londres, durante o Primeiro Congresso Universal das Raças, pelo doutor João Batista Lacerda (que foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro), pode-se perceber qual projeto de sociedade brasileira se arquitetava naquele momento político, e que tem seus desdobramentos até hoje, na velha conhecida e falsária ideia de democracia racial existente em nosso país.

A erradicação da raça preta é o objetivo final da fala do doutor Lacerda, que culminará também na extinção dos mestiços. Os mestiços são um passo para, por



meio da mesclagem biológica, diminuir progressivamente os traços físicos e intelectuais negroides na população, levando à extinção da raça preta.

De acordo com Lacerda, o negro liberto não procurou adaptar-se ao movimento de progresso trilhado pelo país. E, de maneira lógica, a raça preta terminaria por ser extinta. A mestiçagem, por sua vez, é um dos passos pelos quais tem início essa erradicação. O decorrer da comunicação indica que o aumento da presença de mestiços na escala social brasileira, de acordo com o médico, seguiu as “leis da seleção intelectual” (LACERDA, 1911, p. 4), o que nos remete às teorias biologizantes da distinção de raças e a superioridade da raça branca sobre a negra, tão em voga, naquele contexto histórico.

O processo de miscigenar a raça branca com a negra para gerar indivíduos intelectualmente superiores culminou na supervalorização do mestiço na cultura brasileira, no que, entre muitas definições, é chamado de embranquecimento da população.

Atualmente, com a emergência cada vez mais decisiva de demandas de redução dos danos causados pela escravidão em nosso país, como, por exemplo, a diminuição de desigualdades estruturais por meio de programas de ações afirmativas nas universidades, o tema do embranquecimento reaparece e a necessidade de rediscuti-lo se torna premente.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014-2015, pode-se perceber um aumento das autodeclarações de pardos e pretos na pergunta sobre cor ou raça. No intervalo de 2004 a 2015, a população que se autodeclara preta aumentou de 5,9 para 8,9%; e a que se autodeclara parda subiu de 42,2 para 45,1%. Isso gerou a diminuição das autodeclarações de brancos: em 2004, a porcentagem de indivíduos autodeclarados brancos caiu de 51,2 para 45,2% (POPULAÇÃO..., 2016). Esse fato nos leva a crer que as políticas de ações afirmativas têm feito sua parte para revalidar a existência e a presença de pessoas pretas no Brasil.

Entretanto, o embranquecimento da população é lembrado por militantes negros, intelectuais e agentes políticos como algo ainda encrustado na sociedade brasileira pela sub-representatividade a que mulheres e homens negros estão submetidos na vida cotidiana, nos espaços de decisão, nas universidades, na mídia, etc.



Dito isso, uma pergunta paira no ar: Quais os lugares específicos da mulher negra na sociedade brasileira, levando-se em consideração sua desigualdade e sub-representação diante do embranquecimento?

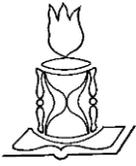
Em 1991, ouvia-se no Brasil todo, a plenos pulmões: “A cor dessa cidade sou eu, o canto dessa cidade é meu”, canção cantada por Daniela Mercury, e que tinha por objetivo representar e valorizar a raça negra e sua “cor”, como a letra mesmo nos lembra. Entretanto, a cor da cantora é identificada como branca. Por um lado, uma mulher branca falando dos negros como um todo mantém um ar paternalista acerca de quem fala sobre essa população; ao mesmo tempo, quem ocupa o lugar de porta-voz da mensagem é uma pessoa branca, e não uma pessoa negra.

Nesse contexto, pergunta-se: Onde está a mulher negra e quais são os seus lugares possíveis?

Partindo dessa indagação, acreditamos ser possível orientar a discussão sobre a mulher negra e a especificidade de sua condição sob a ótica do embranquecimento, através da trajetória de vida da antropóloga, militante e intelectual Lélia Gonzales. Esta passa por um processo denominado por ela mesma de enegrecimento, quando, depois de muito lutar contra os marcadores fenotípicos e sociais que a colocavam no lugar de “negra”, se reconhece enquanto tal no processo de valorização de seu lugar social e de demanda por espaço e voz. Passagens de sua vida, declarações e um de seus objetos de estudo, ajudam-nos a refletir quais os lugares possíveis e permissíveis às mulheres negras na reflexão acerca de sua representação, suas demandas por melhorias na qualidade de vida e a valorização de seu eu negro. É de necessidade crucial informar e registrar a existência e as contribuições políticas e analíticas de mulheres e homens negros para o Brasil dentro e fora de seu contexto, no que concerne ao pensamento cultural brasileiro como um todo.

Compreendida essa necessidade, é importante conhecer a trajetória de uma intelectual, militante e feminista negra como Lélia Gonzalez. A recuperação de vivências como a de Lélia faz parte do compromisso de acumular informações de uma história omitida, reconstituindo uma representatividade indispensável e um saber muito rico acerca das figuras negras brasileiras e suas realizações.

Começaremos o texto destrinchando algumas definições sobre o embranquecimento, conjuntamente à retomada de exemplos da trajetória de vida da



autora para discutir um tema tão importante como a posição e a representação da mulher negra na sociedade brasileira.

2. O que é embranquecer?

Antônio Sérgio Guimarães, em “Raça, cor, cor da pele e etnia” (2011), ajuda-nos a recordar a história do emprego do termo *raça* no Brasil. Tendo sido tomado emprestado às ciências naturais, seu uso data de 1870 e está vinculado a objetivos naturalistas e biologizantes de distinção racial:

[...] era empregado para explicar as diferenças culturais entre os povos e o modo subordinado com que foram incorporados ao sistema mercantil global pela expansão e conquista europeias. [...] abstraía-se da história e das formas sociais, econômicas e culturais para reduzir as desigualdades de situação entre os povos a caracteres físicos e biológicos. [...] a teoria racial tinha uma motivação claramente imperialista. (GUIMARÃES, 2011, p. 1)

Falando sobre a miscigenação brasileira e a questão da cultura latina, Guimarães afirma que:

[...] no Brasil, os nossos cientistas introduziram à teoria das raças uma motivação política própria: a nova nação, como ensinara von Martius, seria o resultado do entrecruzamento entre três raças (a caucasoide, a africana e a americana), mas tal produto resultaria num povo homogêneo, de cultura latina. Tal processo de miscigenação, potencializado pelo estímulo à novas ondas imigratórias de povos europeus, ficou conhecido como *embranquecimento*. (GUIMARÃES, 2011, p. 1)

Podemos perceber a que tipo de estereótipos estava vinculada a vida de Lélia Gonzales e as pressões que enfrentou no processo de embranquecer-se. Muitos intelectuais negros brasileiros discutiram o que seria o processo de embranquecimento. Abdias do Nascimento, em *Genocídio do negro brasileiro* (1978), é lembrado por Ratts e Rios (2010, p. 44) no que tange:



[...] à ausência da memória e história da África e de referências adequadas ao africano e ao negro no sistema educacional, incluindo a universidade; a “estética da brancura”, ou seja, a predileção pelo modelo branco de beleza, arte e cultura e a concomitante rejeição no que se refere ao africano e ao negro, a insistência na interpretação das relações raciais brasileiras como harmônicas e sem espaço para a expressão política e cultural negra; a reprodução de estereótipos raciais (e sexistas); e, por fim o desejo de ser o Outro: branco, europeu, colonizador, ocidental.

Esses fatores ainda alteram a compreensão de meninas e meninos negros acerca de sua posição social e representatividade nos dias atuais, em nosso sistema estudantil, no modelo de ensino que devem seguir e sobre como querem ser. A não representação de si próprios os coloca, muitas vezes, como fora do sistema, não participantes ou não representados pela estética branca.

O cabelo, por exemplo, é um marcador social de diferenciação e informa o jogo das relações raciais brasileiras, indicando ou não pertencimento etnoracial. Existe um discurso, com o qual vira e mexe nos deparamos nos tabloides, que apregoa que mulheres, homens e crianças negras e negros precisam “controlar” seus cabelos crespos¹. Lélia também passou por isso. Durante anos alisou seu cabelo, assim como seus modos:

[...] o cara dá um jeito assim... passa um creme rinse, fica mais claro, dá uma esticada no cabelo, tudo bem... e eu não quero dizer que eu não passei por isso, porque eu usava peruca, esticava o cabelo, gostava de andar vestida como uma lady. (RATTS; RIOS, 2010, p. 50)

Lélia viverá nesse cerco ao longo de sua vida. Entretanto, suas impressões sobre si, seus modos e seu cabelo se alterarão à medida que se aproxima do movimento negro e da compreensão do que é ser propriamente uma mulher negra na sociedade brasileira.

¹ Ver caso do menino de Guarulhos obrigado por seu colégio a cortar seu cabelo afro. Disponível em: <<https://goo.gl/DVEcfS>>. Acesso em: 6 nov. 2017.



3. Lélia e sua educação diferenciada

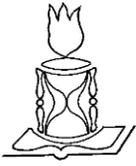
Lélia nasceu em Belo Horizonte, em 1º de fevereiro do ano de 1935, com o nome de Lélia de Almeida. Sua mãe, dona Urcinda, era empregada doméstica de ascendência indígena, e seu pai, seu Acácio, um ferroviário negro.

Na década de 1930 no Brasil, as mulheres negras empregadas domésticas eram tratadas como mucamas, antigas escravas domésticas. 1935 foi o ano que o direito ao voto chegou às mulheres de nosso país, contemplando também as mulheres negras; entretanto, seu acesso à escola e ao mercado de trabalho era ainda muito precário, restando às domésticas, como dona Urcinda, os postos de cozinheira, lavadeira e ama de leite.

A respeito da lembrança de sua família sobre trabalho e educação, Lélia dirá:

E acontece que nessa família todos trabalhavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era esse: estudava-se até a escola primária e, depois, todo mundo ia à batalha [...] pra ajudar a sustentar o resto da família. Mas, no meu caso, o que aconteceu foi que, [por ser] uma das últimas, a penúltima da família, já tendo como companheiros de infância os meus próprios sobrinhos [...] a visão de meus pais com relação a mim já foi uma visão de neta, praticamente. Então, eu tive oportunidade de estudar, fiz jardim de infância ainda em Belo Horizonte [...]. (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 202 apud RATTTS; RIOS, 2010, pp.23-24).

Com uma família tão populosa, num primeiro momento, anos de estudos não eram uma opção para Lélia e seus dezessete irmãos. Nesse quadro, a trajetória da intelectual poderia ter sido como a de sua mãe, com pouca escolaridade, a repetir o trabalho de dona Urcinda como doméstica para ajudar nas despesas da família – como aconteceu com tantas meninas e jovens negras e negros brasileiros. Entretanto, como era uma das menores de sua casa, sua mãe já a compreendia como uma neta – a teve com 36 anos –; isso a colocou em um lugar diferente na visão de seus pais.



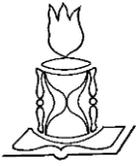
Ainda na infância, Lélia chegou a trabalhar como babá de filhos de diretores do clube em que seu irmão jogava. Ocupação, aliás, bastante comum para meninas negras naqueles tempos, indicando a repetição da trajetória de sua mãe:

[...] quando criança eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse pra casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cia da casa. Eu reagi muito contra isso e então o pessoal acabou me trazendo de volta pra casa. (*O Pasquim*, 1986, p. 10 apud RATTTS; RIOS, 2010, p. 31)

A oportunidade de fazer jardim de infância, por exemplo, veio por intermédio de uma família italiana, para a qual dona Urcinda trabalhava como doméstica e ama de leite (RATTTS; RIOS, 2010). Lélia se lembra do ocorrido em entrevista para o jornal *O Pasquim*, em 1986:

[...] minha mãe trabalhou como ama de leite de uma família italiana onde a mãe de uma criança tinha morrido no parto, e essa família tinha uma menina que havia nascido na mesma época que eu. Nós fizemos amizade e, quando ela foi para o colégio, os pais dessa minha amiguinha se ofereceram pra pagar a escola pra mim. (*O Pasquim*, 1986, p. 10 apud RATTTS; RIOS, 2010, p. 24)

Aos sete anos de idade, o que talvez tenha sido uma grande alavanca para sua trajetória, sua família muda-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. Um de seus irmãos, Jaime, era jogador do Atlético Mineiro e, após o falecimento de seu pai, recebe um convite para jogar no Clube de Regatas Flamengo: “como jogador do Flamengo, Jaime parece ter conquistado certa mobilidade social e espacial para si e sua família” (RATTTS; RIOS, 2010, p. 31). Chegando ao Rio de Janeiro, Jaime alugou uma casa de vila no Leblon. Lá, Lélia estudou o primário na escola Manuel Cícero, localizada na Praça Santos Dumont. Mais tarde, Jaime compra uma casa para a família no subúrbio de Ricardo Albuquerque, onde Lélia conclui o primário. Esses trânsitos contribuiriam para a trajetória educacional diferenciada de Lélia.



A partir desses e de vários outros fatores, a trajetória escolar de Lélia vai se mostrar pouco comum à das meninas e jovens negras brasileiras naquela época – e, por que não?, até os dias atuais –, o que nos permite perceber a especificidade de sua formação. É possível perceber suas dificuldades, o racismo vivido, a necessidade de ser sempre ótima aluna e até o branqueamento que sofreu no decorrer de sua trajetória acadêmica para ser aceita nos espaços educacionais, sobretudo quando se tornou professora universitária.

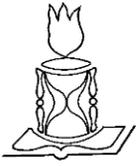
Sua educação foi sequenciada, passando do jardim de infância à universidade, e tendo se formado em história e geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj) em 1950, e depois cursado filosofia (RATTS, 2010, p. 2).

Voltando aos primórdios de sua educação formal, Lélia dirá:

[...] fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos. (RATTS; RIOS, 2010, p. 31)

Em 1979, de quando a intelectual fala nesse excerto, muito ocorreu em sua educação formal. O processo de rejeição da condição de negra para aprofundamento e inclusão no sistema educacional e de formação específica. A crítica à educação e a “lavagem cerebral” as quais se refere são indícios dos problemas enfrentados pela população negra brasileira em compreender-se, na sua formação escolar, enquanto povo formador de cultura e parte construtora da sociedade brasileira, na situação de escravizados. Sobre esse aspecto, Ratts e Rios (2010) recuperam uma citação de Delgado de Carvalho e sua colaboradora Therezinha de Castro, de 1963, sobre a divisão dos grupos humanos em raças, etnias e povos. Acreditamos ser válida a sua recuperação:

A afirmação mais categórica que pode ser feita em matéria de raças é que não existem mais, atualmente, raças humanas puras. É por abuso que foi introduzido este termo no vocabulário científico atual.



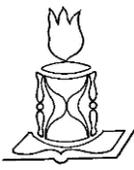
Antigamente, a palavra raça era usada para distinguir um grupo de indivíduos portadores dos mesmos caracteres físicos, isto é, cor da pele, forma do crânio, forma do nariz, tipo de cabelo, formas do queixo e lábios, cor e forma dos olhos, estatura, etc. Em vista das migrações constantes, mormente na atualidade, com os meios fáceis de comunicação, pode-se dizer que não há mais na face da Terra uma raça pura. Os antropólogos substituíram o termo raça pelo de etnia. Atualmente, é mais prudente ainda, para uma classificação geral, reunir a população da Terra em povos, não se levando em conta os caracteres físicos como forma predominante. Define-se, então, povo como um conjunto de indivíduos que falam geralmente a mesma língua, possuem costumes semelhantes, transmitidos de pai para filho, e uma história comum. (CARVALHO; CASTRO, 1963 apud RATTS; RIOS, 2010, p. 35)

Apesar do uso do termo “etnia” em vez de “raça”, recuperado na atualidade na bibliografia sobre as relações raciais no Brasil, é deveras importante sua utilização, pois etnia marca, nesse trecho, noções de diferenciação corporal, como nariz e tipo de cabelo, vivenciadas no ambiente escolar por Lélia e por várias meninas e meninos negros.

Com Jaime destacando-se no esporte e Lélia na educação, vemos representados dois dos principais “mecanismos de ascensão social individual” para pessoas negras na época: para os homens, o futebol, e para as mulheres, a educação.

Lélia estudou na escola Rivadávia Corrêa, inaugurada em 1913, na cidade do Rio de Janeiro. Essa escola era exclusiva para moças, como outras 19 unidades de ensino profissionalizante naquela localidade. Na década de 1940, Lélia cursa o ginásio na Rivadávia. A partir de 1942, depois de uma reforma feita pelo ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, o ensino básico assumiu dois ciclos: o primeiro, composto pelo ginásio, e o segundo que era dividido entre clássico e científico.

Foi no tradicional Colégio Pedro II que Lélia fez, nos anos 1950, o curso científico. Nessa fase, Lélia começa a estudar outro idioma, o francês, algo raro para outras meninas e meninos negros de sua idade. Com o francês, ela se tornaria também tradutora. Interessa-se por história e geografia.



Com a chegada da adolescência, Lélia demonstra timidez e um crescimento reprimido, contrapondo-se ao catolicismo de sua casa e afastando-se da comunidade negra. Quando perguntada sobre o movimento negro, disse:

Meu relacionamento era sempre uma coisa estranha. Quanto mais você se distancia de sua comunidade em termos ideológicos, mais inseguro você fica e mais você internaliza a questão da ideologia do branqueamento. Você termina criando mecanismos pra você se segurar, houve, por exemplo, uma fase que eu fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu muito forte em mim e eu sei que bate forte em muitos negros também. (RATTS; RIOS, 2010, p. 38)

O movimento de afastar-se de suas raízes fez com que Lélia percebesse o embranquecimento pelo qual passara em sua juventude, bem como o distanciamento intelectual que tinha de sua família, agravado ainda mais pelo não pertencimento aos seus.

Completa sua primeira graduação em 1958, a licenciatura em história e geografia. Em 1962, cursa filosofia também na Universidade Estadual da Guanabara. Aos 27 anos, formada em dois cursos, Lélia se distanciava de suas colegas, e não havia se casado. De um lado, Lélia se conformava aos padrões com seu rendimento acadêmico satisfatório e seu temperamento tímido, mesmo enfrentando as barreiras de ser uma mulher negra na universidade; de outro, ainda destoava do comportamento esperado quanto ao casamento.

Alguns dados da época indicam como as oportunidades educacionais para os não brancos se reduziam ainda mais. “Em 1950 os brancos – representando 63,5% da população total – detinham 97% dos diplomas universitários, 94% dos secundários e 84% dos diplomas da escola primária” (RATTS; RIOS, 2010, p. 41). Isso demonstra como a trajetória de Lélia foi na contracorrente das oportunidades da grande maioria das negras e negros de sua época.

À medida que foi avançando nos estudos, até chegar a ser professora universitária, o processo de embranquecimento de Lélia acentuava-se. Sobre sua passagem de estudante a professora, ela dirá:

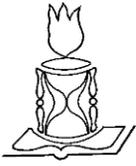


Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz Filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e mulher negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. E claro que, enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos. (GONZALEZ, 1979, p. 202-203 apud RATTTS; RIOS, 2010, p. 41)

No final dos anos 1960, Lélia casa-se com Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco. Isso trouxe à autora algumas percepções de como é ser mulher e negra na sociedade brasileira, mesmo já ocupando uma cátedra na universidade. Esse status, de certa maneira, não era suficiente para que a família de seu marido aceitasse o matrimônio. Conforme a própria intelectual:

Mas quando chegou a hora de casar, eu fui me casar com um cara branco. Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso da “democracia racial” veio à tona, e foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de “concubinação”, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa “prostituta”, numa “negra suja” e coisas desse nível... Mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de discriminação da família dele e ficamos juntos até sua morte. (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 203 apud RATTTS; RIOS, 2010, p.52)

Vemos como foi tempestuoso esse relacionamento em termos raciais. Um casamento entre duas raças colocava pessoalmente em cheque a democracia racial pregada no país, que dizia que entre negros e brancos não havia diferenças ou mesmo desigualdades mensuráveis. A vivência de Lélia foi sempre marcada pela determinação de sua cor. E é através da figura de seu marido que ela começa a retomar suas raízes, na compreensão do que é ser uma mulher negra brasileira.



4. A mulher negra na cultura brasileira

Saltamos, com a devida permissão, de seu matrimônio para um dos textos mais emblemáticos de Lélia Gonzalez: “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1984. As discussões ali presentes podem nos ajudar a pensar quais os lugares reservados à mulher negra, observando-se a representação midiática e social que ainda paira no imaginário cultural brasileiro a seu respeito.

Nesse texto, com ajuda da psicanálise, Lélia vai dar sentido aos arquétipos da mulher negra brasileira para discutir o mito da democracia racial. Mobilizará a mulata do carnaval, a doméstica e a mãe preta:

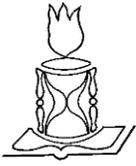
Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. (GONZALEZ, 1984, p. 228)

Para Lélia, a mulata, a doméstica e a mãe preta, de que falará mais à frente no artigo referido, são as diferentes faces do mesmo lugar subalternizado reservado às mulheres negras na sociedade brasileira.

Esse texto foi, de certa maneira, revolucionário, pois agregava análises da psicanálise às experiências típicas de representação a que as mulheres negras estavam expostas naquele momento na sociedade brasileira.

Sob o viés da militância, esse também pode ser considerado um texto politizado. Além de tudo, Lélia procura usar uma linguagem coloquial, desaproximada da língua formal, que determina alguns termos e maneirismos linguísticos.

Para a autora, vencer estereótipos que, no fundo, têm por objetivo um único fim, a saber, atribuir um mesmo sujeito à mulher negra, é o desafio que se coloca à posição social da mulher negra no Brasil.



O documentário *A negação do Brasil* (2000), de Joelzito Araújo, traz importantes informações acerca dos estereótipos reservados às mulheres negras, de como a mídia de massa brasileira (televisiva e cinematográfica) representa a pessoa negra. Entre muitas entrevistas com atrizes, percebemos quais são os papéis recorrentes da mulher negra na sociedade, e a dificuldade enfrentada por atrizes de renome, como Ruth de Souza e Maria Ceíça, em ampliar os espaços de representação das mulheres negras no país.

Podemos citar como exemplo a novela *A escrava Isaura*, de 1976, que tinha a atriz Lucélia Santos como protagonista: a escrava miscigenada de pele branca que era aceita na casa grande e disputada para casamento com o senhor. Um dos comentários presentes no documentário dirá que a situação observada na novela culmina na propagação do ideal da miscigenação como fonte de aceitação e progresso para pessoas de pele negra. Como Isaura tinha a pele mais clara (embranquecida pela miscigenação), teve acesso à educação de qualidade, como uma sinhozinha da época o teria, e espaço influente na casa grande. Como consequência, o ideal de embranquecimento é valorizado como chave para transformar o acesso à sociedade, como à educação, aos bons modos e aceitação, ou seja, valorização. Essa valorização do/a embranquecido/a, e o que se pode alcançar neste lugar, acabou por ser a escolha objetiva da grande mídia na representação de pessoas negras, o que ajuda a manter os estereótipos que perduram até hoje.

E isso reside justamente no fato de a novela mostrar que, por ter a pele clara, Isaura tinha acesso a direitos negados às demais escravas de pele preta. Essa é a chave para compreender como o processo de embranquecimento é valorizado e mobilizado pelo discurso hegemônico para estabelecer os lugares sociais reservados a cada cor. Assim, quem tem a pele mais clara, tem mais acessos, como a escrava Isaura.

5. Conclusão

Com a discussão acerca do ideal de embranquecimento da população brasileira, conseguimos pensar especificamente o lugar da mulher negra no Brasil, e as razões de essa especificidade geradora de desigualdade social perdurar ainda



nos tempos atuais na visibilidade social, no acesso a espaços, à universidade e à representação na mídia.

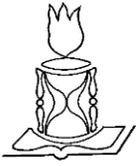
A trajetória de vida de Lélia Gonzales demonstra como, mesmo avançando na vida acadêmica e na militância política, a intelectual passa por vários processos individuais de embranquecimento que são igualmente partilhados com outras mulheres negras. O cabelo que precisava ser alisado para tornar-se professora, o casamento acusado de concubinato com um homem branco. “A barra é pesada”, dirá a autora, quando se referir ao seu lugar de nascimento, vinda de família pobre, a mais nova de dezessete filhos. Sua trajetória, diferentemente da maioria das mulheres negras brasileiras, é marcada por uma série de desdobramentos favoráveis, que a levaram a uma ascensão social. Entretanto, para isso, Lélia precisou adequar seu corpo e sua postura, num ciclo sem fim, para estabelecer-se enquanto intelectual. Constrangimentos e categorizações foram recorrentes na vida da autora, que lutou durante muito tempo com o lugar ao qual pertencia, distanciando-se de sua identidade.

A observação desses fatos nos leva a refletir sobre os tempos de hoje e os lugares recorrentes reservados às mulheres negras em sua representação na sociedade brasileira. Uma trajetória de sucesso, longe de ser um arquétipo coerente e eficaz, como modelo de progresso para um grupo, acaba sendo uma especificidade de indivíduos que têm trajetórias que fogem à curva.

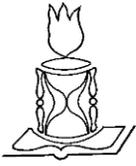
O processo de embranquecimento trazia por trás de si a necessidade de destruir o que se representava como negro na sociedade, de maneira fenotípica e intelectual, pois acreditava-se que o negro decidiu não acompanhar o progresso do país, sem levar em conta as adversidades às quais foram abandonados muitos escravizados negros e negros no pós-escravidão.

Os ideais parecem manter-se, mesmo com a autodeclaração de cor ou raça dos indivíduos caminhar para um aumento nas afirmações de pardos e negros. Entretanto, é necessário pensar caminhos possíveis em direção à desconstrução do ideal de embranquecimento que ainda afeta o modo como vemos pessoas negras e brancas na sociedade.

Falar disso na escola, mostrando uma trajetória como a de Lélia, ajuda a tornar a história da existência de pessoas negras relevante, diante dos processos de apagamento e restrição de sua representação. Desse modo, compreender esse



processo, dando luz aos fatos e aos estereótipos que se repetem, inclusive na vida de pessoas negras bem-sucedidas como Lélia, é algo a ser combatido para que consigamos realmente erradicar a falsa ideia de democracia racial que paira sobre o imaginário brasileiro miscigenado.



Bibliografia

A NEGAÇÃO do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. Produção: Luis Antonio Pillas, Juca Cardoso e Vandy Almeida. Intérpretes: Milton Gonçalves, Ruth de Souza, Joel Zito Araújo, João Acaibe, Léa Garcia, Zezé Motta, Maria Ceíça, Nelson Xavier. Roteiro: Joel Zito Araújo. [S.l.]: Casa de Criação, 2000. 1 DVD (91 min).

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000, p. 347-368.

GONZALES, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 nov. 1981. Folhetim, p. 4.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 1983, Águas de São Pedro. *Anais... Águas de São Pedro*: Anpocs, 1984. Disponível em: <<https://goo.gl/NJwLmK>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino – Batalha de Ideias*, Embu, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Sjpf4B>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

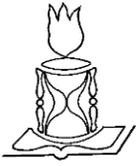
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 84-95, dez./fev. 1996.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 61, p. 147-162, nov. 2001.

_____. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 1-360, 2011.

LACERDA, João Batista. Sobre os mestiços no Brasil. In: CONGRESSO UNIVERSAL DAS RAÇAS, 1., 1911, Londres.



O CANTO da cidade – Daniela Mercury – Vídeo original (1992). 3'20". *Wally Bond*. YouTube. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/6gGks6>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

POPULAÇÃO parda quase se iguala à branca no país, segundo Pnad. *G1*, São Paulo, 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/KDYd9E>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. In: FAZENDO GÊNERO – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-8.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.